

Até os juros altos ajudam o consumo

MARIA APARECIDA DAMASCO

1

As empresas não têm razões para se queixar do primeiro semestre. O consumo andou bem, estimulado pelo congelamento de preços, pela estabilidade nos salários e no nível de emprego. E, surpreendentemente, pela alta dos juros. Ao contrário do que rezam os manuais de economia, a política de juros elevados, um dos pilares do Plano Verão, incentivou os consumidores a torrar os rendimentos de aplicações financeiras na antecipação de compras.

O comércio paulista saiu de um primeiro bimestre fraco, mas conseguiu bons resultados em março, abril e maio (ver gráfico). O movimento de vendas era tão bom, que as lojas conseguiam repassar para a clientela fortes aumentos de preços, embora oficialmente o congelamento ainda estivesse de pé. Só em junho e julho a situação virou. Com a nova disparada da inflação, os consumidores voltaram a pesquisar preços e a pensar duas vezes antes de fechar um negócio. O setor de eletrodomésticos, para comprovar a teoria e a tradição, foi o primeiro a sentir o baque nas vendas.

Na indústria em geral, o ritmo do primeiro semestre foi diferente. A produção só começou a reagir em maio, depois de oito meses de resultados negativos (ver gráfico). Mesmo assim, o balanço do ano ainda é desfavorável: de janeiro a maio, a produção caiu 3,6%, em comparação com o período correspondente do ano anterior. Greves disseminadas por inúmeras empresas e impasse na negociação de preços entre clientes e fornecedores afetaram as linhas de produção de vários setores, entre eles o automobilístico. A eliminação desses problemas e a decisão do comércio de reforçar seus estoques ajudaram a recuperar a produção da indústria em maio e também em junho, segundo informações do IBGE.

Para os próximos meses, a expectativa não é das mais animadoras. As ameaças de hiperinflação e a estratégia escolhida pelo governo para evitá-la — política fiscal e monetária dura — deverão conter o consumo. Daí para a recessão pode ser um passo. Os salários — que um número crescente de empresas vem reajustando com base na inflação plena do mês — e a redução nas taxas de desemprego — foi de 3,3% em maio, depois de alcançar 3,9% em abril — podem dar um drible na tendência de baixa na atividade econômica.

3

Péssimo período para cadernetas

O primeiro semestre de 1989 foi, definitivamente, um dos piores períodos da história da caderneta de poupança desde a sua criação, em meados da década de 60. Somente na época do Plano Cruzado, quando os poupadores foram em massa aos caixas sacar o dinheiro para gastar no consumo, a caderneta sofreu uma perda de recursos tão expressiva.

Nos primeiros seis meses deste ano, os saques superaram os depósitos em nada menos que NCz\$ 5,6 bilhões, de acordo com informações da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Essa perda é equivalente a 25% do saldo total da caderneta no final do ano passado, calculado pela associação em cerca de NCz\$ 22 bilhões. Apenas nos meses de fevereiro e março deste ano as instituições financeiras registraram um volume de depósitos superior ao das retiradas.

A perspectiva, para este segundo semestre, com a volta da inflação, é de uma recuperação dos depósitos, como avalia Luis Filipe Soares Baptista, presidente da Abecip. Entretanto, até

agora, os dados preliminares apurados pela Abecip entre os agentes financeiros, demonstram que houve uma redução no volume de perdas da caderneta, mas os saques ainda superaram os depósitos em julho. Somente na primeira semana deste mês, as perdas alcançaram NCz\$ 440 milhões, isto é, 0,79% do saldo total no final de junho, de NCz\$ 55,56 bilhões.

Ao contrário do Cruzado, desta vez, nem tudo que se sacou foi gasto no consumo, como explica Nelsoni Herculano de Souza, diretor de Crédito Imobiliário do Bradesco. Com o Plano Verão, o governo vinculou a poupança à variação do overnight e puxou os juros para cima, com o objetivo de evitar saques. E conseguiu. Mas em abril, com a volta da vinculação da poupança à inflação, boa parte dos aplicadores não hesitou em sacar seus recursos para aproveitar o final do congelamento. Outra parte sacou o dinheiro como complementação de renda, e houve quem preferisse mudar de ativo quando a poupança foi desatrelada do over, a partir de maio último.

5

Empresas têm número recorde

Os candidatos a empresário não foram abalados, neste primeiro semestre, pelas incertezas político-econômicas do País. De janeiro a junho de 1989, foram constituídas nada menos que 224,6 mil novas empresas, um número que não encontra paralelo nem na época do Cruzado, quando, impulsionadas pela explosão do consumo, foram criadas 206,5 mil empresas no mesmo período.

Segundo dados divulgados pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), vinculado ao governo federal, houve um crescimento de 15,2% na abertura de novas empresas no País nos primeiros seis meses deste ano, em relação a igual período do ano passado. No primeiro semestre de 1988, criaram-se 194,9 mil empresas, ou seja, 5% a menos do que no ano anterior. "O setor público vai muito mal, mas o setor privado vai muito bem", diz o diretor-geral do DNRC, Marcelo Monteiro Soares, ao explicar a consti-

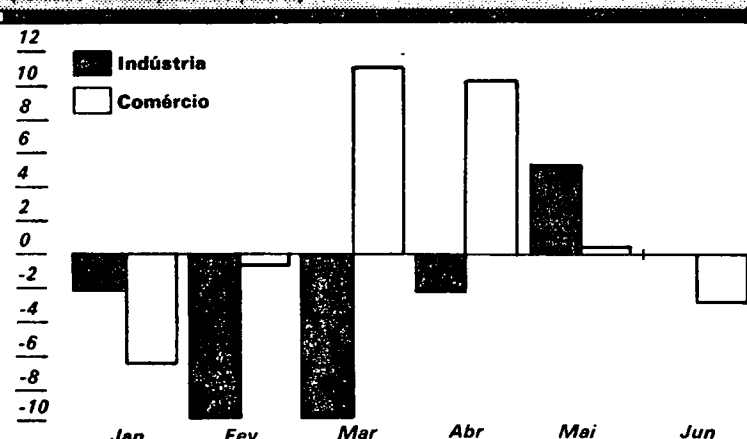
tuição de tantas empresas neste ano.

Do total de novas empresas criadas no primeiro semestre de 1989, 55,5% representam empresas de comércio varejista, informa Soares, ou seja 124,7 mil novas empresas. A seguir, o setor que mais atraiu os candidatos a empresário foi o de prestação de serviços, com 24,4% do total. O setor industrial contribuiu com a criação de 27,6 mil empresas, isto é 12,28% do total.

INSOLVÊNCIAS
O DNRC também apurou que o número de insolvências nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, São José dos Campos e Campinas caiu em relação a igual período de 1988. No Rio de Janeiro, por exemplo, o índice de insolvências caiu 47% no primeiro semestre de 1989 em relação ao mesmo período do ano passado. E em Belo Horizonte, nos primeiros seis meses de 1989, houve um decréscimo de nada menos que 52,59% nos índices de insolvências em relação a 1988.

1 - Atividade em recuperação

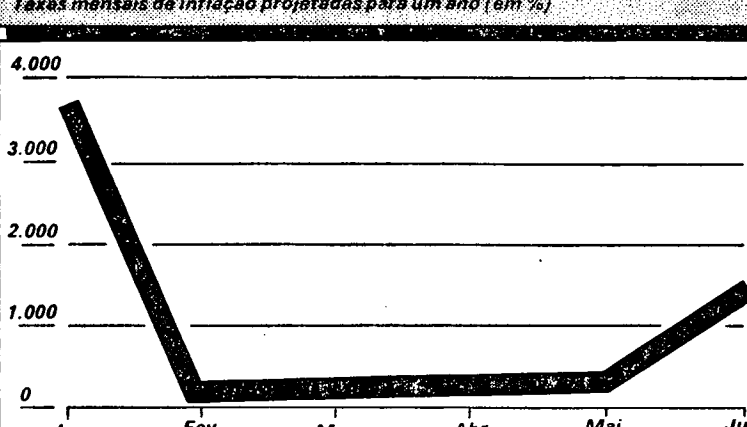
Variação mensal da produção industrial brasileira e das vendas do comércio na Grande São Paulo, em comparação com o mesmo período do ano passado (em %)



Fontes: Federação do Comércio do Estado de São Paulo e IBGE (*) Estimativa

2 - De volta à marca dos 1.000%

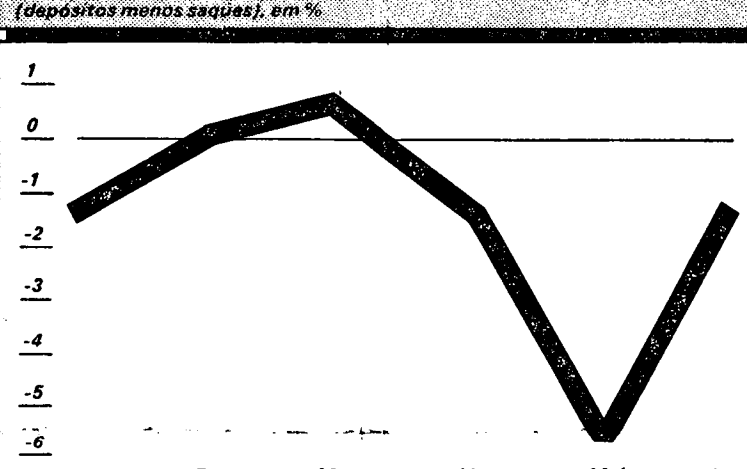
Taxas mensais de inflação projetadas para um ano (em %)



(*) A taxa de janeiro foi calculada com base no INPC do mês (35,48%) devido à mudança de critérios na apuração do IPC. Fonte: IBGE

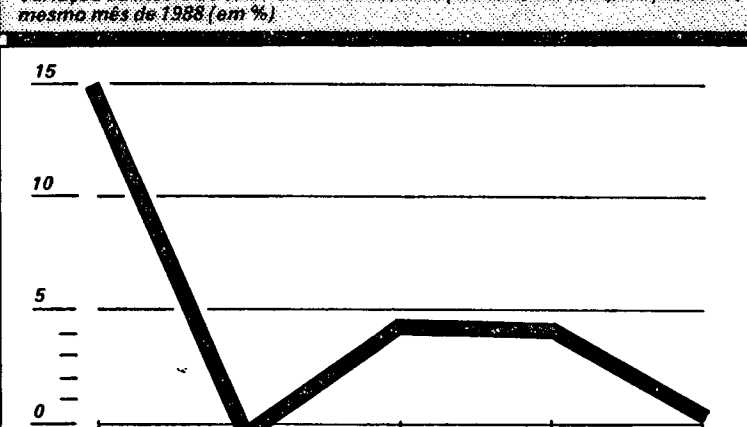
3 - Queda dos saldos

Evolução mensal da média do saldo de recursos na caderneta de poupança (depósitos menos saques), em %



4 - Salários sem perdas

Variação da média do salário real na indústria paulista, em comparação com o mesmo mês de 1988 (em %)



Fonte: Fiesp

5 - Novas empresas

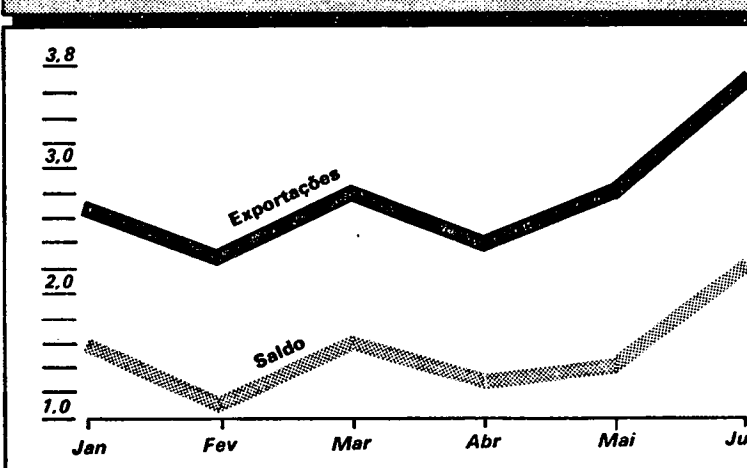
Número de empresas criadas no 1º semestre no Brasil

Atividade	1986	1987	1988	1989	89/86	Variação (%) 89/87	89/88
Comércio varejista	117.251	104.771	103.479	124.740	6,4	19,1	20,5
Prestação de serviços	41.657	44.342	52.275	54.849	31,7	23,7	4,9
Ind. transf.	23.331	25.381	19.167	22.576	(3,2)	(11,1)	17,8
Comércio atacadista	8.151	9.145	7.259	8.101	(0,6)	(11,4)	11,6
Transportes	3.744	3.840	3.248	3.529	(5,7)	(8,1)	8,7
Construção civil	3.451	3.761	3.755	4.508	30,6	19,9	20,1
Outras atividades	8.926	13.982	5.800	6.366	28,7	54,5	9,8
Total	206.511	205.222	194.983	224.669	8,8	9,5	15,2

Fonte: Juntas Comerciais

6 - Recordes sucessivos

Evolução mensal das exportações e do saldo comercial (em US\$ bilhões)



Fonte: Cacex

2

Inflação dispara e chega a 176,6%

A inflação registrou, em junho, o maior salto da história do País. Abertas as comportas do controle de preços, depois do Plano Verão, a taxa de inflação aumentou, num único mês, de 9,94% para 24,83%. E instalou um clima de verdadeira sinistrose em todo o mercado: na cabeça de empresários, trabalhadores e economistas, o Brasil já estava às vésperas da hiperinflação e o caos argentino era o destino inevitável. Só a divulgação das estimativas para julho — de novo uma taxa abaixo dos 30% — conseguiu acalmar os ânimos ou pelo menos adiar as preocupações.

Os números globais da inflação do semestre são indicativos do que pode acontecer daqui para a frente. A taxa acumulada no período chegou a 175,6%, pouca acima da observada no primeiro semestre do ano passado (167,7%). Mas foi obtida à custa de um novo choque. Mais um congelamento de preços e salários, que funcionou razoavelmente bem — embora por pouco tempo — para produtos e serviços básicos e praticamente ignorou aqueles de menor peso nos índices oficiais de inflação.

No mês de março, por exemplo, em plena vigência do congelamento, os preços da alimentação subiram apenas 3,58%, para uma inflação de 6,09%. Em contrapartida, os artigos de vestuário, que costumam escapar até ao controle de preços mais rígido, ficaram 10,55% mais caros, aproveitando a onda de consumo espalhada pelo mercado e a mudança de estação.

O segundo semestre, portanto, não está nada garantido. O governo confia em que o aperto dos gatos do Tesouro e da política monetária, uma safra generosa e o esfriamento do mercado — tudo isso, em conjunto, possa segurar a inflação na faixa dos 25%. Sem a necessidade de um quarto choque. Mas sabe também que o equilíbrio é extremamente frágil. Qualquer pressão mais forte da área externa, qualquer erro de dosagem na política de recomposição das tarifas públicas ou qualquer outro acidente e percurso — nada improvável num quadro pré-eleitoral — pode comprometer essa meta. E colocar o governo — cada vez mais desgastado pelo final de mandato e com menos instrumentos de política econômica — de cara com a hiperinflação.

4

Salários vencem a alta de preços

Os salários fecham o primeiro semestre do ano com vitória sobre a inflação. Mas não foi nada fácil. Com o Plano Verão, que veio depois de empresários e governo fazerem pesadas remarcações de preços e tarifas, os salários entraram no mês de fevereiro com perdas. Como reconhece o economista Antônio Lanzana, do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a pressão dos sindicatos de trabalhadores, num primeiro momento, forçou a reversão. E, a partir de março, os empresários passaram a conceder reajustes voluntários.

Para chegar a maio com uma elevação de 4,7% nas indústrias paulistas, em comparação ao mesmo período do ano passado, a média do salário real contou com a ajuda também do governo. Depois da greve geral em abril, o governo decidiu pela medida provisória que determinava um reajuste salarial de 54%, parceladamente. "Com a inflação subestimada pelo governo, o Plano Verão baixou os salários, que depois se recuperaram", afirma Antônio Lanzana, responsável pela pesquisa salarial dos dois milhões de trabalhadores das indústrias do Estado.

Por outro lado, o Departa-

mento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) acusa perdas para os assalariados com dissídio em fevereiro, maio, agosto e novembro. "Em alguns casos, será preciso um aumento de mais de 100% para repor as perdas", assinala Ilmar Ferreira Silva, economista do Dieese. Pelos cálculos dele, os salários atuais, se comparados com os de dezembro do ano passado, sofreram prejuízo, em função da alta taxa inflacionária de janeiro, de 70,28%.

Em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (Seade), o Dieese pesquisa mensalmente a evolução dos rendimentos dos trabalhadores na Grande São Paulo. Os últimos números indicam que, até abril, os vencimentos dos assalariados mantinham o mesmo poder de compra de janeiro, mas também tiveram boa recuperação a partir de março. Em comparação a dezembro de 1988, porém, continuam perdendo. O salário médio dos assalariados era de NCz\$ 357,00 a preço de abril. Caiu para NCz\$ 340,00 em janeiro, recuou ainda mais em fevereiro (NCz\$ 326,00), subiu um pouco no mês seguinte e chegou a NCz\$ 343,00 em abril. Entre os trabalhadores mais pobres, a perda chegou a 5,4% em abril, com relação a janeiro.

6

Exportação bate todos os recordes

Os exportadores atravessaram os últimos meses empenhados em criticar o irrealismo da política cambial. Foi preciso o governo decretar a mididesvalorização de 12%, em junho, para se restabelecer a calma no mercado. Porém, quem observar os resultados da balança comercial no semestre, facilmente irá concluir que o câmbio não atrapalhou os negócios do Brasil com o Exterior — a não ser em setores específicos, como a indústria automobilística. As exportações fecharam o semestre em US\$ 16,8 bilhões e o saldo da balança comercial atingiu US\$ 9,2 bilhões — dois recordes absolutos na história do comércio exterior do Brasil.

É verdade que o excepcional desempenho de junho não pode ser considerado um indicador confiável do que virá pela frente. As exportações saltaram para US\$ 3,7 bilhões, quase US\$ 1 bilhão acima da média dos meses anteriores. E esses embarques refletem simplesmente a concentração de contratos de exportação logo em seguida ao Plano Verão. Como os juros estavam nas alturas, os exportadores apressavam-se a fechar os contra-

tos para aplicar os recursos no mercado financeiro.

A própria Cacex, porém, já se encarregou de criar expectativas otimistas para os próximos meses. Afinal, os embarques de soja mal começaram. E as vendas de produtos industrializados, por tradição, aumentam no segundo semestre. Salvo qualquer mudança importante no cenário internacional, o saldo comercial de 1989 ficará bem acima dos US\$ 16 bilhões previstos pelo governo. Já se fala em algo próximo a US\$ 19 bilhões.

Embora um superávit comercial muito elevado crie pressões inflacionárias — mais dólares resultam em mais cruzados no mercado e, em consequência, em mais inflação —, desta vez o aumento é desejável. O dinheiro dos credores externos não está chegando conforme o combinado e o governo não se dispõe a reduzir as reservas — hoje na marca dos US\$ 6 bilhões — para honrar seus compromissos. Um saldo comercial maior do que o esperado pode evitar que a atual centralização cambial e os atrasos de pagamentos se transformem numa decretação efetiva de moratória.